

(Publicado no DOU, Seção 1, de 26/09/2013, págs. 92 a 94)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e vinte minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência da Doutora Helenita Caiado de Acioli, Presidente do CNMP e Procuradora-Geral da República. Presentes os Conselheiros Mario Luiz Bonsaglia, Luiz Moreira Gomes Júnior, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramuja Assad, Antônio Pereira Duarte, Marcelo Ferra de Carvalho, Cláudio Henrique Portela do Rego, Alexandre Berzosa Saliba e Esdras Dantas de Souza. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Adilson Gurgel de Castro, Fabiano Augusto Martins Silveira e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Marcus Vinícius Furtado Coelho. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, e os Doutores Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; e Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT. Iniciados os trabalhos, a Presidente cumprimentou todos os presentes e deu as boas-vindas aos novos Conselheiros. Em seguida, anunciou a eleição do Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro e solicitou que o Conselheiro Mario Bonsaglia, por ser o mais antigo, fizesse o encaminhamento desse pleito. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia cumprimentou a Presidente, o Secretário-Geral do CNMP e todos os Conselheiros, em especial os novos, desejando-lhes felicidade nos mandatos que se iniciam. Informou que os membros do Conselho tiveram oportunidade de dialogar e chegar a um consenso sobre os cargos que estão sendo objeto de eleição na presente sessão e, por tal razão, propunha para Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro o Conselheiro Jeferson Coelho, que acabara de deixar o cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público e cujo nome era indicado para Presidente da referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira enalteceu o trabalho realizado pelo Conselheiro Jeferson Coelho na Corregedoria Nacional, em virtude da estabilidade que trouxe aos trabalhos de correição, desincumbindo-se da importante missão constitucional, que teve os Corregedores dos diversos ramos do Ministério Público como parceiros da política implementada na Corregedoria Nacional. Em seguida, diante da concordância de todos em relação à indicação feita, a Presidente proclamou o resultado, nos termos dos artigos 31 e 32, do Regimento Interno do CNMP, e parabenizou o Conselheiro Jeferson Coelho. Na oportunidade, o Conselheiro eleito agradeceu a Presidente e aos Conselheiros Mario Bonsaglia e Luiz Moreira pelas palavras proferidas e expressou gratidão a todos pela indicação. Em seguida, procedeu-se à eleição do Presidente da Comissão da Infância e Juventude. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que igualmente houve consenso dos Conselheiros, no sentido de indicar para aquele cargo o Conselheiro Luiz Moreira, que tem uma especial sensibilidade para o tema da infância e juventude. Registrou o propósito já externado pelo Conselheiro Luiz Moreira de fazer um trabalho bastante dedicado, em consonância com os objetivos daquela Comissão. Na oportunidade, o Conselheiro Alessandro Tramuja destacou a importância da Comissão da Infância e Juventude para o Ministério Público, parabenizou o Conselheiro Luiz Moreira, e registrou sua satisfação pela indicação feita, uma vez que o Conselheiro Luiz Moreira tem contribuído para a multiplicação da visão do CNMP em relação ao Ministério Público. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior parabenizou o Conselheiro eleito, desejou-lhe boa sorte, e registrou que, no tocante aos direitos fundamentais, o único tema que tem uma comissão específica é o da infância e juventude, em consonância com a prioridade estabelecida pela Constituição

Federal. Na ocasião, a Presidente também parabenizou o Conselheiro Luiz Moreira e destacou a preocupação que existe com os menores infratores e as medidas de reeducação implementadas nas casas de recuperação, de forma que deve haver uma atenção especial nessa questão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira agradeceu as palavras da Presidente, dos Conselheiros Mario Bonsaglia, Alessandro Tramujas e Jarbas Soares Júnior e, em especial, ao colegiado pela indicação, a qual tentará se desincumbir da melhor forma. Em seguida, diante da concordância de todos em relação à indicação feita, a Presidente proclamou o resultado, anunciando o Conselheiro Luiz Moreira como Presidente da Comissão da Infância e Juventude. Após, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia anunciou o consenso do colegiado na indicação do Conselheiro Marcelo Ferra, por ter se destacado na luta contra a Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 37 e em diversas outras atividades em defesa das prerrogativas e da autonomia do Ministério Público. Na ocasião, o Conselheiro Jeferson Coelho registrou que o Conselheiro indicado sempre teve uma vinculação com as entidades de classe do Ministério Público e com o Parlamento, defendendo os interesses do Ministério Público brasileiro. Por fim, parabenizou o Conselheiro Marcelo Ferra, em quem os Conselheiros depositaram confiança para enfrentar as difíceis batalhas que o Ministério Público vem travando. Em seguida, o Conselheiro Marcelo Ferra agradeceu ao colegiado e ao Conselheiro Jeferson Coelho pelas palavras proferidas e consignou que espera honrar a indicação do plenário da melhor maneira possível. Na oportunidade, a Presidente também parabenizou o Conselheiro Marcelo Ferra e o declarou escolhido, à unanimidade, para presidir a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. Na sequência, passou-se à eleição do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. Na ocasião, o Conselheiro Luiz Moreira anunciou que o consenso do colegiado recaiu sobre o nome do Conselheiro Mario Bonsaglia, que desempenha há dois anos a Presidência daquela Comissão e se desincumbiu de modo bastante profissional, compatibilizando a atividade de controle externo com os mais rigorosos preceitos de Direitos Humanos. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior ressaltou que o Conselheiro Mario Bonsaglia poderá dar continuidade ao trabalho que vem realizando, uma vez que o seu mandato se encerra no final do ano, oportunidade em que deverão eleger um novo Presidente. Após, a Presidente parabenizou o Conselheiro Mario Bonsaglia e proclamou o resultado unânime dessa eleição. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia agradeceu as palavras do Conselheiro Luiz Moreira e Jarbas Soares Júnior e ao colegiado, pela confiança para prosseguir mais alguns meses na Presidência da mencionada Comissão, e registrou que tem sido uma preocupação da comissão o trabalho em torno do tema dos Direitos Humanos. Na sequência, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que o consenso recaiu sobre o nome do Conselheiro Cláudio Portela, que terá a oportunidade de continuar o trabalho desenvolvido pela Conselheira Claudia Chagas no âmbito da referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela e desejou que ele atue na Comissão da mesma forma como tem atuado na sua carreira, que certamente se desincumbirá com brilho dessa missão. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho também parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior cumprimentou o Conselheiro indicado, inclusive por manter na comissão alguns dos membros auxiliares que já conhecem o trabalho que vem sendo realizado. Na oportunidade, o Conselheiro Cláudio Portela agradeceu aos Conselheiros pelas palavras proferidas e registrou que a experiência dos que estão na Comissão é um fator importante para a continuidade eficiente do trabalho em prol do Ministério Público. Ressaltou que o futuro do Ministério Público tem que passar pelo Planejamento Estratégico e que se desdobrará ao máximo para dar continuidade ao trabalho iniciado pela Conselheira Claudia Chagas e substituí-la à altura. Em seguida, a Presidente parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela pela indicação e proclamou o resultado unânime de mais esta eleição. Após, a Presidente procedeu à eleição do Presidente da Comissão de

Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia propôs, em nome do Plenário, a indicação do Conselheiro Esdras Dantas para o mencionado cargo. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou que a presença do Conselheiro Esdras Dantas enriquecerá os debates no plenário. Na ocasião, o Conselheiro Jeferson Coelho manifestou sua satisfação com a presença do Conselheiro Esdras Dantas no colegiado, oportunidade em que o Conselheiro Cláudio Portela solicitou permissão para integrar a referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Esdras Dantas parabenizou a Presidente pelo cargo que está conduzindo e registrou a honra de tê-la presidindo o colegiado nesta sessão. Agradeceu aos pares pela indicação e consignou que dará o máximo de si para desempenhar essa atribuição que foi tão bem exercida pelo Conselheiro Fabiano Silveira. Agradeceu, também, ao Conselheiro Jarbas Soares Júnior, pela forma cordial com que o recebeu, e aos Conselheiros Jeferson Coelho, Cláudio Portela e Mario Bonsaglia, pelas palavras proferidas. Manifestou, ainda, a sua intenção em convidar o Conselheiro Cláudio Portela para integrar a Comissão. Em seguida, a Presidente parabenizou o Conselheiro Esdras Dantas, declarando-o eleito, à unanimidade, para Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência. Após, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia anunciou o consenso do colegiado, no sentido de indicar o Conselheiro Jarbas Soares Júnior para permanecer, por mais um mandato, na Presidência dessa relevantíssima Comissão. Na ocasião, o Conselheiro Luiz Moreira destacou que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior associou à sua carreira as melhores causas do Ministério Público e que foi o autor da proposta de criação dessa Comissão. Registrou, ainda, que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior passará a coordenar o Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo. Por fim, renovou ao Conselheiro os votos de sucesso e brilhantismo na realização dos trabalhos daquela Comissão. Na oportunidade, o Conselheiro Jeferson Coelho reafirmou as palavras do Conselheiro Luiz Moreira e cumprimentou o Conselheiro Jarbas Soares Júnior pela indicação. Em seguida, o Conselheiro indicado registrou que a Comissão foi instalada no dia três de abril de 2012 e está sendo organizada por grupos temáticos, a partir de uma pesquisa nacional, realizada pelo CNMP, e também por informações colhidas no âmbito do planejamento estratégico. Registrou, também, que ficou lisonjeado pela confiança dos colegas e agradeceu as manifestações dos Conselheiros Mario Bonsaglia, Luiz Moreira e Jeferson Coelho, bem como cumprimentou a Presidente, registrando sua satisfação por vê-la dirigindo o Ministério Público da União. Na ocasião, a Presidente parabenizou o Conselheiro Jarbas Soares Júnior pela indicação e o anunciou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, eleito à unanimidade. Por fim, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou que o CNMP não pode virar um órgão burocrático que gira em torno de questões internas e que, por isso, não pode abrir mão de projetos nacionais, mas sem ferir a autonomia e a independência funcional do Ministério Público. Na sequência, o Conselheiro Antônio Duarte cumprimentou a Presidente, o Secretário-Geral, os Conselheiros e os demais presentes. Na ocasião, manifestou interesse em integrar a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, com a qual tem mais afinidade. Em seguida, registrou a necessidade de criação de uma Comissão Permanente voltada para a preservação da memória histórica e institucional do Conselho e que está trabalhando nessa proposta. Registrou, ainda, que, mesmo nas comissões em que ele não seja integrante, dará sua contribuição e que se sente honrado em fazer parte desta composição. Após, passou-se à eleição do representante do CNMP na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que, para dar continuidade aos trabalhos realizados pela Conselheira Taís Ferraz, o colegiado escolheu consensualmente o Conselheiro Alexandre Saliba, que é magistrado federal, já atuou nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, e tem uma marcante experiência na área criminal e com os temas afetos à Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Finalizou afirmando que não há dúvida de que o Conselheiro indicado representará brilhantemente o

CNMP. Na oportunidade, o Conselheiro Alessandro Tramujas se associou às palavras do Conselheiro Mario Bonsaglia. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Portela enalteceu o Conselheiro indicado e destacou que o seu currículo é moldado para o exercício desse mister. Registrou também a iniciativa do Conselheiro Luiz Moreira, que frisou a necessidade da indicação do nome de um Conselheiro para essa função. Concordou sobre a importância de um Conselheiro atuar na ENASP, o que deve ser sempre preservado. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior se associou às palavras já proferidas. Após, o Conselheiro Alexandre Saliba cumprimentou a Presidente, desejando uma profícua experiência no nobre cargo de Procuradora-Geral da República e agradeceu as palavras dirigidas a ele. Registrou que a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos demonstram o acerto da sociedade, que se preocupa com o combate a todos os organismos criminosos. Informou que recentemente foi promulgada uma lei, que está em *vacatio legis*, que tipificou as organizações criminosas e certamente haverá muito trabalho pela frente nos encontros promovidos pelo CNMP visando debates acerca da legislação. Finalizou agradecendo a confiança dos colegas que o indicaram para essa importante missão. Na oportunidade, a Presidente anunciou o Conselheiro Alexandre Saliba, eleito por unanimidade, para representar a ENASP. Em seguida, foram distribuídas cédulas de votação para a escolha do Corregedor Nacional do Ministério Público, em eleição secreta, nos termos da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno do CNMP. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que o colegiado também havia chegado a um consenso, no sentido de indicar o Conselheiro Alessandro Tramujas para o mencionado cargo, por ter se mostrado atuante e vocacionado para a atividade ministerial. No ensejo, o Conselheiro Jeferson Coelho aderiu à manifestação anterior e acrescentou que o Conselheiro Alessandro Tramujas participou de todas as inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional e, desta forma, daria continuidade ao trabalho realizado. No ensejo, o Conselheiro Mario Bonsaglia elogiou a brilhante atuação do Conselheiro Jeferson Coelho à frente da Corregedoria Nacional, dedicando-se com afinco ao exercício do cargo e dando prosseguimento a uma das maiores empreitadas deste Conselho, que foi a realização das inspeções em diversas unidades ministeriais. Após, o Conselheiro Luiz Moreira cumprimentou o Conselheiro Mario Bonsaglia e, especialmente, o Conselheiro Jeferson Coelho, pela condução dos trabalhos na Corregedoria Nacional. Registrou, ainda, a sua satisfação pela escolha do Conselheiro Alessandro Tramujas para o cargo de Corregedor Nacional e desejou êxito no desempenho das novas funções. Na oportunidade, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior asseverou que a eleição do Corregedor Nacional era o momento mais importante da sessão e que a indicação do Conselheiro Alessandro Tramujas representava o reconhecimento da sua experiência e trajetória no Ministério Público do Estado de Roraima, no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e no CNMP. Parabenizou o Conselheiro Mario Bonsaglia, pelas palavras proferidas, e o Conselheiro Jeferson Coelho, pelo trabalho e encaminhamento dado à frente da Corregedoria Nacional. Por fim, desejou ao Conselheiro Alessandro Tramujas boa sorte nas novas funções. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira informou que o Conselheiro Alessandro Tramujas seria saudado no Senado Federal, na presente data, pela Senadora Angela Portela, pois a condução ao cargo de Corregedor Nacional repercutia profundamente no Senado Federal, como sinal de articulação e convivência, dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Conselheiro Jeferson Coelho. Após, o Conselheiro Marcelo Ferra consignou que o Conselheiro Jeferson Coelho realizou um excelente mandato na Corregedoria Nacional e que o trabalho realizado merecia todos os elogios do colegiado, pois procurou parcerias e exerceu o controle inerente ao Órgão, sempre com o objetivo maior de buscar o fortalecimento do Ministério Público. Destacou a relevância do papel desempenhado pela Corregedoria Nacional durante as inspeções, que permitiu o conhecimento da realidade local de cada unidade do Ministério Público. Ressaltou, ainda, a importância da mudança no Regimento Interno deste Conselho, que permitiu a instauração de processo disciplinar pelo Corregedor Nacional, *ad referendum* do plenário, o que deu mais

agilidade ao procedimento. Explicitou, por fim, que o Conselheiro Alessandro Tramujas teria todos os atributos para o exercício do cargo de Corregedor Nacional, em razão de sua experiência anterior como Procurador-Geral de Justiça, Presidente de Associação e Corregedor-Geral, por dois mandatos. Em seguida, o Conselheiro Antônio Duarte aderiu às manifestações anteriores e ressaltou que o trabalho realizado pelo Conselheiro Jeferson Coelho à frente da Corregedoria Nacional constituiu um divisor de águas. Registrou que o colegiado dará ao novo Corregedor a colaboração necessária durante o exercício do seu mandato, para que seja uma gestão voltada à aplicação da justiça, em busca de um Ministério Público hígido, equilibrado, com a dignidade constitucional que merece. Desejou, por fim, muito sucesso ao Conselheiro Alessandro Tramujas. Em seguida, a Presidente anunciou que havia consenso na escolha do novo Corregedor Nacional e, após a apuração dos votos, declarou o Conselheiro Alessandro Tramujas eleito por unanimidade, para ocupar o mencionado cargo, parabenizando-o e desejando-lhe um excelente trabalho na Corregedoria. Após, o Conselheiro Alessandro Tramujas registrou o trabalho desempenhado pelo Conselheiro Jeferson Coelho e pela sua equipe de servidores e membros auxiliares, agradeceu a todos os Conselheiros pela confiança e consignou que irá conduzir a Corregedoria Nacional dialogando com todos os ramos do Ministério Público e com os demais Conselheiros. Em seguida, os Conselheiros Jeferson Coelho, Marcelo Ferra, Alexandre Saliba e Cláudio Portela requereram o afastamento de suas funções nos órgãos de origem, oportunidade em que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior também renovou o seu pedido parcial de afastamento, na forma deferida anteriormente, o que foi acolhido à unanimidade. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia propôs que os Conselheiros interessados em participar como membros de alguma comissão se dirigissem ao respectivo Presidente, anunciando esse propósito, de forma a simplificar e agilizar as referidas indicações. Após, o Conselheiro Antônio Duarte informou que não solicitou o afastamento de suas funções, porquanto na Procuradoria Regional no Estado de Minas Gerais, na qual exerce suas funções, existem apenas três membros, de forma que, somente após a conclusão de concurso público, o gestor da Instituição poderia proceder à lotação de membro naquela Procuradoria. Desta forma, iria conciliar as suas funções com o exercício do mandato no Conselho. Na ocasião, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior requereu que fosse designada a próxima reunião plenária, para efeitos de organização e planejamento, oportunidade em que a Presidente propôs a realização das sessões nos dias dezessete e dezoito de setembro, com o que todos concordaram. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Portela ressaltou a necessidade de se julgar uma maior quantidade de processos nas sessões plenárias. Desta forma, propôs aos Conselheiros uma reflexão sobre o tema, a fim de se agilizar os trabalhos. Na oportunidade, a Presidente questionou se haveria a necessidade de realização de mutirão, para julgamento dos processos mais antigos. No ensejo, o Conselheiro Luiz Moreira solicitou que fosse verificada, pelo novo Procurador-Geral da República, a possibilidade de realização de duas sessões por quinzena. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho consignou que duas sessões sucessivas seriam desgastantes, oportunidade em que o Conselheiro Mario Bonsaglia asseverou que o tema deveria ser discutido com o novo Presidente do CNMP, com o objetivo de se definir uma nova sistemática, inclusive quanto ao funcionamento das sessões plenárias, que são pautadas pelos pedidos de sustentação oral e não pela relevância da matéria, manifestação à qual aderiu o Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Na oportunidade, o Conselheiro Luiz Moreira asseverou que não se poderia responsabilizar os pedidos de sustentação oral pela não realização dos julgamentos, pois se tratava de exercício de direito legítimo das partes. Desta forma, seria necessário que o plenário efetivamente se debruçasse sobre todos os casos aptos a julgamento. Em seguida, a Presidente consignou que as referidas sugestões implicariam em datas futuras e que entendia pela realização de sessões a cada quinze dias, de forma que a nova sistemática deveria ser amadurecida e, posteriormente, discutida. No ensejo, o Conselheiro Marcelo Ferra registrou que, independente de deliberação, seria importante cumprir o Regimento Interno do CNMP, no tocante à confecção e publicação de calendário semestral, oportunidade em que a Presidente informou que o Secretário-Geral



do Conselho iria elaborar uma proposta de calendário e encaminhá-la aos Conselheiros, mas que, eventualmente, poderia ser necessário realizar algum ajuste, em função da disponibilidade do novo Procurador-Geral da República. A sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte e dois minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pela Presidente.

HELENITA CAIADO DE ACIOLI
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público